

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COTAS UNIVERSITÁRIAS NA REVISTA VEJA ENTRE OS ANOS 2008 E 2011

Elisa Fabris de Oliveira<sup>1</sup>

Edinete Maria Rosa<sup>2</sup>

## 1. Introdução

Este estudo apresenta dados preliminares de uma pesquisa maior que tem como objetivo investigar as representações sociais de cotas universitárias nas revistas Veja e Carta Capital. Neste trabalho, apresentam-se os dados referentes a revista Veja, coletados nas publicações ocorridas nos quatro anos que antecederam a promulgação da Lei das Cotas (12.711/2012), de 2008 a 2011.

O debate sobre as cotas universitárias no Brasil iniciou-se aproximadamente em 2000 e até hoje permeia os espaços públicos, midiáticos e acadêmicos. Nesses contextos, repercutem posicionamentos e argumentos contra e a favor da ação afirmativa que prevê a reserva vagas para alunos de baixa renda, de escolas públicas e para negros, pardos e indígenas nas Universidades e nos Institutos Federais. A medida é considerada polêmica e de relevância, uma vez que visa alterar a estrutura social do país; e gerou muita repercussão, com manifestações na rua e debates mediados e protagonizados pelos veículos de comunicação (POSSENTI; BITTAR, 2016; MARTINS, 2007). Assim, entender como a política se constituiu como um conhecimento do senso comum, considerando os discursos legitimados, propagados e constituídos pelos veículos midiáticos apresenta-se como necessário e oportuno.

## 2. Procedimentos Metodológicos

A investigação foi realizada com o auxílio do *software* IRAMUTEQ e teve como aporte teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais. A coleta dos

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: elisa.fbrsl@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: edineter@gmail.com

dados ocorreu através do acervo online da revista *Veja*, por meio da palavra-chave “cota”, contemplando os quatro anos anteriores a promulgação da lei. O recorte temporal foi assim adotado, uma vez que 2008 foi um ano representativo para a política, com a adoção da medida por diversas universidades federais (como a Ufes) de forma voluntária e autônoma; e o ano de 2011, por ser aquele antecedeu a promulgação da lei.

Os dados foram analisados a partir da Análise Lexográfica Clássica, que possibilita a descrição do corpus por meio de dados estatísticos básicos, e da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que promove de forma automática e contextualizada uma análise de conteúdo. Esses recursos metodológicos têm sido amplamente utilizados nos estudos de representações sociais com dados textuais de grande volume (CARVALHO; MENANDRO, 2017; MCHADO; SANTOS, 2015).

### **3. Resultados e Discussões**

A coleta dos dados retornou 23 reportagens. As palavras mais frequentes no corpus foram “negro” (88); “universidade” (65); “Brasil” (63); e “racial” (56). A recorrência dos termos “negro” e “racial” demonstra como a discussão da revista esteve principalmente embasada na questão de raça, ainda que a medida se destine a esse, mas também a outros grupos de minoria, tais como alunos de baixa renda, de escolas públicas e indígenas.

A CHD, por sua vez, identificou seis classes que foram denominadas de “Constitucionalidade das cotas”; “Governo Lula”; “Projeto de Lei”; “Justificação de Posição”; “Explicação da política” e “Posicionamento”. Preliminarmente, é possível observar que a *Veja* participou ativamente do debate sobre a temática das cotas, quando ela ainda se tratava de um projeto de lei, e que suas representações sociais aparecem sustentadas na inconstitucionalidade da medida; na injustiça que ela pode provocar; na ação como uma política própria do governo de esquerda, **mais especificamente** do Lula; e na noção de que falar de cotas é falar de questões de raça, **mais especificamente** de negros.

### **4. Conclusões**

A partir dos resultados, é possível observar que a *Veja*, no período investigado, representou o fenômeno das cotas universitárias com uma política própria do governo Lula, que busca reparações com o grupo negro, por meio de uma política que se sustenta na ilegalidade e na injustiça. A posição assumida pela revista (Doise, 2002) é de ser contra a medida, entendendo que ela não cumpre com o princípio da isonomia, nem com a noção de meritocracia. Como justificativa para essa posição, verifica-se o discurso de tratar diferente os seres humanos que são iguais, ampliando a desigualdade, o racismo e prejudicando a qualidade das principais universidades do país, como a UnB.

Diante desses resultados iniciais, acredita-se que as representações da revista se ancoram no seu posicionamento político-ideológico, que tende a ser de direita e conservador. Além disso, reforça-se que o seu público-alvo leitor refere-se a pessoas de classe alta e média, e que, portanto, não se sentem representadas pela medida, que busca dar acesso a uns dos bens mais valorizados da sociedade brasileira – a educação de nível superior – a grupos historicamente invisíveis nesse espaço.

## 5. Referências

CARVALHO, L. A.; MENANDRO, M. C. S. (2017). Representações da transposição do rio São Francisco na imprensa paraibana. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 1, p. 110-127, 2017.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

Lei n. 12711, de 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

MARTINS, A. R. N. Racismo e Imprensa: Argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: Santos, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: UNESCO, 2007, p. 179-206.

POSSENTI, S.; BITTAR, A. L. B. Discursos sobre cotas no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 58, n. 1, p. 113-137, 2016.